

Desindustrialização e questão metropolitana: o caso da “arrebentação urbana” na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro*

Bruno Leonardo Barth Sobral**

Resumo

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro possui uma estrutura urbana “macrocefálica”, na qual a hinterlândia mantém-se “à sombra da metrópole” com outras centralidades reduzidas. Todavia, no período recente, houve o advento de grandes projetos de investimento em sua periferia, notadamente nos setores siderúrgico, derivados de petróleo e gás natural, naval e de logística. Portanto, cabe se interrogar qual o potencial que esse ciclo possui de alavancar um crescimento econômico regional sustentado diante das especificidades da RMRJ. Em particular, espera-se evidenciar que o potencial do atual ciclo de investimentos esbarra em suas próprias insuficiências estruturais dinâmicas que são amplificadas pela problemática metropolitana fluminense, como a pouca densidade produtiva da periferia da RMRJ.

Palavras-chave: Região metropolitana; Rio de Janeiro; Processo de crescimento; Vazio produtivo; Ciclo de investimento.

* Esse trabalho foi baseado em pesquisa financiada com bolsa do IPEA.

** Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ e doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP. (brunoleo.rj@hotmail.com).

Abstract

The metropolitan region of Rio de Janeiro has an urban structure "macrocefálica" in which the hinterland remains "the shadow of the metropolis" with other reduced centrality. However, in the recent period, there was the advent of large investment projects in its periphery, notably in the steel, oil and gas, shipbuilding and logistics. So it should ask what the potential that this cycle has to leverage a regional sustained economic growth on the specifics of RMRJ. In particular, it is expected to show that the potential of the current investment cycle is limited in their own dynamic structural weaknesses that are amplified by the Rio de Janeiro metropolitan problems, such as low density of productive periphery of the RMRJ.

Key words: Metropolitan region; Rio de Janeiro; Growth process; Productive empty; Investment cycle.

Introdução

As raízes da formação econômica fluminense configuraram um território esgarçado, no qual não se tornaram coincidentes os "sentidos" históricos da economia urbana do núcleo principal, Município do Rio de Janeiro (MRJ), e de sua economia regional circunvizinha. O padrão de urbanização foi marcado historicamente por uma radical polarização em torno da primazia daquele núcleo que se metropolizou precocemente. Contudo, a configuração dessa região metropolitana não se desdobrou em um forte processo de interiorização econômica, por exemplo, como ocorrido em São Paulo e em Minas Gerais. Ao contrário, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) possui uma estrutura urbana "macrocefálica", na qual a hinterlândia mantém-se "à sombra da metrópole" com outras centralidades reduzidas. Na visão de Abreu (1987, p.17-18):

“O modelo do Rio tende a ser o de uma metrópole de núcleo hipertrofiado, concentrador da maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis, cercado por estratos urbanos periféricos cada vez mais carentes de serviços e de infraestrutura à medida que se afastam do núcleo, e servindo de moradia e de local de exercício de algumas outras atividades às grandes massas de população de baixa renda (...). O suporte urbano facilitou o desenvolvimento de um complexo urbano compartimentado, onde estão concretizadas as estratificações projetadas a partir de outros níveis (espaços econômico e social)”.

É importante questionar a natureza desse processo de metropolização até o momento incapaz de consolidar um complexo regional polinucleado capaz de reduzir suas disparidades socioeconômicas gritantes. Isso ganha importância com o advento de grandes projetos de investimento em sua periferia no período recente, notadamente nos setores siderúrgico, de derivados de petróleo e gás natural, naval e de logística. Portanto, cabe interrogar sobre o potencial que esse ciclo possui de alavancar um crescimento econômico regional sustentado diante das especificidades da RMRJ.

Além dessa introdução e conclusão, o trabalho possui mais duas seções. Na segunda seção, serão apontados os traços principais da base econômica regional e sua dinâmica recente a fim de ressaltar o relativo “vazio produtivo” na periferia da RMRJ. Na terceira seção, serão discutidos entraves à capacidade do ciclo recente de grandes investimentos configurar setores líderes e consolidar a recuperação da economia fluminense após décadas de decadência real. Dessa forma espera-se evidenciar que o potencial desse ciclo esbarra em suas próprias insuficiências estruturais dinâmicas que são amplificadas pela problemática metropolitana fluminense, como a pouca densidade produtiva da periferia da RMRJ.

Aspectos fundamentais da desindustrialização na periferia da RMRJ

Em perspectiva histórica, o desempenho da economia do Estado do Rio de Janeiro é preocupante. Entre 1985/2012, a expansão do emprego formal total foi a mais baixa entre todas as unidades da federação. Conforme tabela 1, segundo dados da RAIS, sua variação foi de 66,9%, resultado que representa menos da metade da média nacional, 131,6%. Cabe assinalar que esse desempenho só não foi pior diante da elevada expansão da indústria extrativa mineral, puxada pela exploração de petróleo e gás natural. Esse último foi o único macrosetor a ter uma variação superior à média nacional (respectivamente, 196,4% e 65,9%).

Em um contexto de desindustrialização nacional, o grau de enfraquecimento de sua estrutura produtiva superou os efeitos mais gerais da “crise estrutural brasileira” (CANO, 2011 e 2014). No mesmo período, é revelador a redução de 10,7% do emprego formal na indústria de transformação, enquanto houve uma expansão de 56,3% na média nacional. Como consequência, a indústria de transformação fluminense deixa de ser a segunda para se tornar a sexta mais empregadora do país, ficando atrás de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Como mostra a tabela 2, isso não se refere apenas a uma perda de competitividade relativa, mas a uma retração real do nível de empregos ao contrário dos demais casos (entre 1985 e 2012, redução de 520.334 ocupações para 464.796 ocupações)¹.

¹ Segundo Sobral (2013), vem ocorrendo uma expressiva concentração da estrutura industrial fluminense em atividades menos intensivas em mão-de-obra, a saber: cada vez mais especializada na produção de *commodities* e redução do peso relativo da produção de bens tradicionais.

Tabela 1: Variação percentual do total de empregos formais por macrosetores em unidades territoriais selecionadas, 1985/2012

Unidades territoriais	Agro pecuária	Extr. Mineral	Ind. Transf.	SIUP	Constr. Civil	Comercio	Serviços	Adm. Publ.	Total
Município do Rio de Janeiro	-15,2	100,3	-38,2	5,5	80,3	74,9	61,8	1,7	31,8
Periferia da RMRJ	24,3	137,3	35,8	89,2	778,8	185,5	196,3	133,6	156,6
Periferia da RMSP	310,8	56,3	-0,2	389,7	472,5	390,0	256,6	313,0	122,2
Periferia da RMBH	261,3	28,5	127,6	173,8	509,4	656,8	342,8	399,4	261,2
RMRJ	1,5	107,5	-22,5	12,8	149,1	101,0	79,8	15,4	50,9
RMSP	148,4	11,3	-22,8	19,6	145,7	193,4	166,0	56,7	78,6
RMBH	201,3	15,9	82,8	29,7	103,4	239,9	168,0	79,1	126,6
Estado do RJ	145,6	196,4	-10,7	23,0	173,0	126,7	92,8	35,6	66,9
Brasil	339,0	65,9	56,3	44,5	229,8	251,7	167,3	103,3	131,6

Fonte: RAIS/MTE.

Tabela 2: Número de empregos formais na indústria de transformação e posição (*ranking*) entre as unidades federativas selecionadas, 1985 e 2012

Estados	1985		2012	
	Nº Empregos	Posição	Nº Empregos	Posição
São Paulo	2.492.802	1	2.820.813	1
Rio de Janeiro	520.334	2	464.796	6
Rio Grande do Sul	502.318	3	733.387	3
Minas Gerais	392.529	4	841.694	2
Santa Catarina	286.345	5	641.212	5
Paraná	235.514	6	678.080	4

Fonte: RAIS/MTE

Retomando a análise da tabela 1, nota-se que a especificidade do problema envolve uma questão metropolitana. Entre 1985 e 2012, a expansão do emprego total para a periferia da RMRJ é maior que para a periferia da RMSP e a média nacional (respectivamente, 156,6%, 122,2% e 131,6%). Contudo, esse desempenho não se deveu a indústria de transformação, cuja geração de empregos foi abaixo da média nacional (respectivamente, 35,8% e 56,3%). Nesse período, a expansão mais notável foi na construção civil, com uma variação de 778,8%. Cabe destacar que, em 2012, somente quatro municípios da periferia da RMRJ possuem um número expressivo de empregos formais na indústria de transformação: Duque de Caxias (31.899), Niterói (17.868), São Gonçalo (15.092) e Nova Iguaçu (12.794). Da mesma forma, no mesmo ano, esses quatro municípios são aqueles com maior número de estabelecimentos, respectivamente: 1.046 unidades, 588 unidades, 866 unidades e 476 unidades.

Chama atenção que uma grave diferença da periferia da RMRJ para as periferias das RMBH e RMSP seria o menor peso da indústria de transformação no emprego total. Conforme tabela 3, em 2012, essa participação relativa na periferia da RMRJ (12,6%) era menos que a metade do peso nas periferias da RMSP (26,4%) e da RMBH (29,7%). Em 2012, todos os municípios da periferia da

RMRJ possuíam menos que 20% do total de empregos formais na indústria de transformação, com exceção de Queimados (25,7%). A maioria das ocupações da periferia da RMRJ é referente ao setor serviços. Ainda segundo a tabela 3, em 2012, essas atividades correspondiam a 39,6% do total de empregos formais (já excluindo o peso do comércio e da administração pública).

Ao invés de refletir vantagens competitivas, Ribeiro (1999, p. 15) alertou que: “*a economia fluminense vem historicamente apresentando sinais de uma terciarização² deformada por não refletir o avanço de uma divisão do trabalho, nem em nível metropolitano e tampouco regional (...)*”. Parte desse fenômeno se explica por se tratar, em grande maioria, de serviços não indutores³. Nesse sentido, o fenômeno reflete a menor estruturação de um complexo econômico regional, o que poderia articular uma dinâmica intra e intersetorial mais consistente tendo como núcleo dinâmico o entrelaçamento de diversos encadeamentos no território (como será discutido na quarta seção).

É preciso ter claro que não há a superação de um estigma de “cidade-dormitório” para o conjunto da periferia metropolitana. Os efeitos da articulação econômica na RMRJ ficam limitados por uma grande heterogeneidade interna, explicitada por uma relação centro-periferia e por uma dependência não desprezível da oferta de trabalho na capital fluminense (Município do Rio de Janeiro). Tomando como indicador o peso do emprego formal no setor privado sobre o total da população, segundo tabela 4, em 2012, o

² Não confundir com terceirização, fenômeno de natureza distinta associado à estratégia empresarial. Terciarização se refere ao “inchamento” do setor de serviços (terciário) diante do limites encontrados para a incorporação de mão-de-obra disponível na estrutura produtiva com o aumento da base urbana regional. Cabe lembrar que se fosse considerado o apreciável contingente de emprego “informal”, o peso do setor de serviços verificado seria ainda mais acentuado.

³ Sobral (2013) apontou que a estrutura do setor terciário fluminense está mais voltada para prestação de serviços sociais e pessoais do que serviços produtivos, tecnológicos e de distribuição.

percentual para a periferia da RMRJ era apenas 13,39%, enquanto para a periferia da RMSP era 25,38% e para a periferia da RMBH era 20,23%. Nota-se que a maioria dos municípios da periferia da RMRJ estava nas piores posições.

Isso sugere que uma das razões para os problemas de dinamismo fluminense é um relativo vazio produtivo em sua periferia metropolitana. Buscar a atração de novos empreendimentos de porte não pode ser vista como uma panacéia. Sem um planejamento de longo prazo e integrado, isso não gera poder de arrasto produtivo significativo nem requalifica o tecido econômico regional necessariamente. Ao contrário, o risco é reafirmar a histórica “arrebentação urbana” (CANO, 2011) na RMRJ. Trata-se do fenômeno em que a pressão demográfica e o crescimento explosivo de cidades se defrontam, de um lado, com o despreparo político para atender as demandas de infraestrutura e serviços, e, de outro lado, com a captura do Estado pelos interesses do capital mercantil (imobiliário-construtor e de empresas de transporte coletivo).

Tabela 3: Participação Percentual de cada macrosetor no total de empregos formais em unidades territoriais selecionadas, 2012

Municípios	Agro pecuária	Extr. Mineral	Ind. Transf.	SIUP	Constr. Civil	Comercio	Serviços	Adm. Pública	Total
Belford Roxo	0	0	8,2	0,3	6,4	24,5	29,2	31,4	100
Cachoeiras de Macacu	8,3	0,4	14,3	2,7	2,1	19,1	23,7	29,5	100
Duque de Caxias	0	0,2	18,4	0,3	3,7	23,9	43,6	9,8	100
Guapimirim	2,3	0,3	15,5	1,3	1,5	32,4	20,6	26,1	100
Itaboraí	0,5	0,2	11,8	0,2	37,4	16,7	23,5	9,9	100
Itaguaí	0,3	1	7	0,1	34,3	13,4	19,8	24	100
Japeri	0,1	0,7	11,6	1,8	3,8	19,2	11,9	50,9	100
Magé	0,2	0,9	11,1	1,3	6	31,1	21,3	28	100
Marica	0,7	0,6	9,2	0,1	2,6	33,8	32	21	100
Mesquita	0	0	9,4	0	2,6	18,4	54,8	14,8	100
Nilópolis	0	0	7,5	0	3,8	26,4	36,3	26,1	100
Niterói	0,2	0,7	9,5	2,3	6,1	19,6	55,3	6,3	100
Nova Iguaçu	0,1	0,2	12,7	0,3	3,2	30,6	32,5	20,4	100
Paracambi	0,7	0,1	16,6	0	2,1	29,3	20	31,3	100
Queimados	0	0,4	25,7	0,1	39,9	12,6	12,9	8,3	100
Rio Bonito	2	0,1	8,2	0	12,6	15,2	49,8	12	100
São Gonçalo	0,2	0,1	13,5	1	5,2	30,9	37,1	12	100
S.J. de Meriti	0	0	8,9	0,1	1,5	30	48,2	11,3	100
Seropédica	0,3	4	10,3	0,6	7,4	14,4	38,6	24,4	100
Tanguá	1,9	3	14,9	0,4	6,2	18,3	29,7	25,5	100
Periferia RMRJ	0,3	0,4	12,6	0,8	8,5	23,8	39,6	14	100
Periferia RMSP	0,3	0,2	26,4	0,8	4,5	19,7	40,2	7,8	100
Periferia RMBH	1	2,4	29,7	0,3	7,3	20,9	27,5	11	100
Município do RJ	0,1	0,5	7,5	1,7	5,6	16,6	49,4	18,6	100
RMRJ	0,1	0,5	8,8	1,5	6,4	18,5	46,8	17,4	100
RMSP	0,2	0,1	15,8	0,7	5,5	18,4	45,4	14	100
RMBH	0,5	0,9	12,7	1,3	9,2	16	39,2	20,3	100
Estado do RJ	0,5	1,1	10,4	1,4	6,4	19,1	43,7	17,3	100
Brasil	3,1	0,5	17,2	0,9	6	19,4	34,1	18,8	100

Fonte: RAISMTE

Tabela 4: *Ranking* dos municípios com 50 mil ou mais habitantes das Periferias da RMRJ, da RMSP e da RMBH segundo percentual de emprego formal por total da população, 2012

	Unidades territoriais	Participação do Emprego no Total da População		Unidades territoriais	Participação do Emprego no Total da População
1	Barueri	96,55	34	Mauá	14,24
2	São Caetano do Sul	75,03	35	Vespasiano	13,21
3	Cajamar	58,59	36	Itapeccerica da Serra	12,29
4	Nova Lima	51,8	37	Cachoeiras de Macacu	11,62
5	Santana de Parnaíba	49,73	38	São João de Meriti	11,21
6	Cotia	35,68	39	Itaquaquecetuba	10,72
7	São Bernardo do Campo	33,89	40	Embu-Guaçu	10,71
8	Rio Bonito	33,34	41	Santa Luzia	10,45
9	Niterói	33,22	42	Carapicuíba	10,22
10	Poá	31,92	43	Nova Iguaçu	10,05
11	Contagem	30,58	44	Ferraz de Vasconcelos	10,04
12	Santo André	28,31	45	Sabará	9,92
13	Betim	27,87	46	São Gonçalo	9,67
14	Diadema	26,72	47	Nilópolis	9,1
15	Itaguaí	25,82	48	Franco da Rocha	8,82
16	Pedro Leopoldo	25,56	49	Seropédica	8,67
17	Guarulhos	25,13	50	Mesquita	7,88
18	Arujá	24,47	51	Ibirité	7,71
19	Caieiras	24,2	52	Esmeraldas	7,57
20	Mogi das Cruzes	23,6	53	Maricá	7,35
21	Osasco	22,95	54	Magé	6,97
22	Taboão da Serra	19,95	55	Guapimirim	6,4
23	Lagoa Santa	18,7	56	Ribeirão das Neves	6,01
24	Santa Isabel	18,58	57	Belford Roxo	4,71
25	Duque de Caxias	17,99	58	Francisco Morato	4,16
26	Itaboraí	17,92	59	Japeri	3,02
27	Ribeirão Pires	17,6	-	Periferia da RMRJ	13,39
28	Suzano	17,42	-	Periferia da RMSP	25,38
29	Queimados	17,11	-	Periferia da RMBH	20,23
30	Embu	16,28	-	RMRJ	23,43
31	Itapevi	15,8	-	RMSP	32,45
32	Jandira	15,33	-	RMBH	31,53
33	Mairiporã	14,79			

Fonte: Censo Demográfico (2010) / IBGE e Rais (2012) /MTE.

Dinâmica do ciclo recente de grandes investimentos na periferia da RMRJ: a evidência da ociosidade estrutural de seu potencial produtivo

No período recente, um ciclo de grandes investimentos veio sendo realizado sem uma maior preocupação com essa dimensão territorial do ponto de vista da consolidação de uma forte economia

regional⁴. Quando a região foi abordada no processo de tomada de decisões sobre esses investimentos, geralmente resumiu-se a estimativas otimistas sobre o mercado de trabalho e a cobrança de medidas compensatórias a respeito dos impactos socioambientais ou da gestão do crescimento urbano. Dessa forma, é como se a questão econômica já estivesse, em boa medida, resolvida. Isso porque o crescimento econômico vem sendo tratado pelo poder público estadual como algo já “contratado”, graças a uma série de “empreendimentos âncoras” que estão sendo realizados com apoio do governo federal, notadamente nos setores siderúrgico, derivados de petróleo e gás natural⁵, naval e de logística.

Em termos de cadeias produtivas, essa orientação política que admite um crescimento econômico já “contratado” compreende a questão do desenvolvimento através de um duplo

⁴ Uma grande exceção foi o componente para a Política de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) do “Plano Diretor Estratégico da Área de Influência do Arco Metropolitano” (OSORIO, 2011), estudo publicado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro em 2011. Apesar disso, ainda não se verificou que as importantes recomendações ali expostas serviram de inspiração para a atuação do poder público. Nesse termos, ressalta-se seu uso mais como “plano-discurso”, ficando indeterminado o interesse da administração estadual em transformá-lo em políticas concretas. Inclusive, o Grupo Executivo de Gestão Metropolitana tem como uma de suas atribuições fazer um “Plano Estratégico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, sobrepondo-se ao trabalho anterior e com novas recomendações a partir da contratação de mais uma consultoria especializada.

⁵ Cabe ponderar que as expectativas de estruturação da cadeia petroquímica estão sendo bastante revisadas ao longo do período de análise. O próprio empreendimento âncora, COMPERJ, tornou-se basicamente uma refinaria. Por essa razão, no presente texto decidi considerar segmentos petroquímicos como uma parte do setor produtor de derivados do petróleo e gás natural ao invés de uma cadeia separada. Dessa forma, evita-se o equívoco de não considerar seu quadro de indefinições estratégicas e de julgar como um importante “investimento petroquímico” aquilo que perdeu esse foco principal.

desafio: sustentar a viabilidade técnica e financeira desses empreendimentos âncoras, como bases primárias de dinamização, e aumentar a capacidade de atração e instalação de novos empreendimentos no entorno dessas “âncoras”, como bases secundárias de dinamização. Contudo, uma boa concepção do planejamento deve ir além dessa visão estreita. Caso contrário, ela guiar-se-á basicamente pelos sintomas mais visíveis na estrutura da oferta e ao sabor de pressões ocasionais dos grandes interesses privados envolvidos. Merece ser lembrada a crítica de Rangel para esse tipo de orientação política (2005, v.1, p.501):

A alocação de recursos tem tido, até aqui, papel meramente passivo. Noutros termos, o programador tem cuidado apenas de “romper os pontos de estrangulamento”, isto é, fortalecer os pontos débeis da estrutura da oferta, dada a atual estrutura da procura. Num estágio superior de programação, será mister considerar não a atual estrutura da procura, mas aquela que desejemos que exista, correspondente ao ritmo de desenvolvimento que quisermos imprimir ao sistema.

Essa visão mais ampla é fundamental para ser atacado o cerne da problemática a respeito do relativo vazio produtivo na periferia da RMRJ. Isso porque essa problemática não significa ausência de potencial produtivo regional, mas sim sua “ociosidade estrutural” (RANGEL, 2005), levando a uma pressão considerável sobre certos fatores escassos, ao lado do subemprego ou desemprego de outros recursos territoriais. Sendo assim, qualquer grande empreendimento não se justifica em si mesmo como um fator portador do desenvolvimento, mas só quando ele não reproduz o mau aproveitamento daquele potencial produtivo regional. O desafio de gerar um processo de crescimento econômico sustentado deve ser abordado dentro de uma discussão mais apurada do perfil econômico da região e sua capacidade de transformação estrutural positiva, no sentido de maior adensamento produtivo da periferia da RMRJ e supressão de suas carências infraestruturais.

Cabe enfatizar que o atual perfil econômico da região se refere a um conjunto de economias locais dominadas por atividades pouco indutoras (como já apontado na seção anterior). Além do peso pronunciado da própria administração pública na geração de empregos formais, destacam-se atividades como: comércio varejista, educação, alimentação etc., ou seja, segmentos dependentes da circulação de renda existente e que não estão articulados essencialmente ao desenvolvimento de um tecido produtivo e de um sistema logístico. Essa característica aumenta o risco do potencial econômico regional continuar ocioso, dado que superar isso exigiria esquemas mais complexos de divisão de trabalho, geralmente associados à atividade industrial.

Contudo, mesmo o perfil da atividade industrial nos municípios da periferia da RMRJ é mais ligado à produção de bens de consumo tradicionais e de materiais de construção civil, destacando-se: fabricação de produtos alimentícios, confecção de artigos de vestuário e acessórios, e extração e fabricação de produtos de minerais não-metálicos. Esse tipo de atividades tende a ser mais arrastada por um processo de crescimento econômico do que liderá-lo. Geralmente, só encontram alto dinamismo no auge de um ciclo de consumo de massa em conjunto à expansão do processo de urbanização. Por conseguinte, representam mais um desdobramento da própria proliferação de serviços pessoais e sociais diagnosticada anteriormente. Cabe ainda destacar que essas atividades industriais vem perdendo competitividade para outras regiões com mão-de-obra mais barata, tanto em termos interregionais (exemplo: alguns estados nordestinos) como também em termos internacionais, em especial, com a concorrência asiática. Nesse termos, suas perspectivas futuras são preocupantes apesar da importância que possam ter em termos locais.

Com exceção dessas atividades, outros setores que se destacaram em número de ocorrência entre os municípios da periferia da RMRJ foram: fabricação de produtos de metal, fabricação de produtos de borracha e material plástico, fabricação de produtos químicos. Portanto, tratam-se de especializações

setoriais envolvendo algumas atividades dos complexos metal-mecânico e químico-farmacêutico. Considerando somente a evolução desse último conjunto de setores industriais, os resultados foram, na maioria, pouco animadores. Segundo a tabela 5, entre 2002 e 2012, a variação do emprego foi de apenas 33,9% e a variação do número de estabelecimento de apenas 5,4%.

Tabela 5: Variação dos empregos formais e estabelecimentos para o total da periferia do RMRJ segundo setores selecionados, 2002/2012

Setor	Empregos			Estabelecimentos		
	2002	2012	Var. (%) 2002/2012	2002	2012	Var. (%) 2002/2012
Fabricação de produtos químicos	10.537	12.840	21,9	280	226	-19,3
Fabricação de artigos de borracha e plástico	5.093	6.689	31,3	208	236	13,5
Fabricação de produtos de metal (exceto maq. e equipamentos)	4.747	9.171	93,2	384	586	52,6
Metalurgia Básica	1.537	1.306	-15,0	101	77	-23,8
Total	23916	32018	33,9	2975	3137	5,4

Fonte: RAIS/MTE

Cabe observar que o setor de fabricação de produtos de metal destoa parcialmente dessa análise negativa, tendo um desempenho bem melhor. Por exemplo, quase dobra os empregos formais (variação de 93,2%). Todavia, fazendo uma avaliação do desempenho pelas classes que o compõe, nota-se que essa evolução deveu-se basicamente a dois ramos: “manutenção e reparação de tanques, caldeiras e reservatórios metálicos” (aumento de 1.059 empregos), e “fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada” (aumento de 3.301 empregos). Quanto ao primeiro ramo, trata-se de um serviço industrial

complementar. Quanto ao segundo ramo, trata-se de uma atividade fornecedora de outras cadeias produtivas que possuem dinâmica própria, inclusive dinâmica não industrial como a construção civil. Nesse sentido, ambas são atividades mais induzidas do que indutoras de dinamismo. Isso fica mais evidente quando se nota que a metalurgia básica, o principal encadeamento para trás das indústrias de fabricação de produtos de metal, retraiu-se no mesmo período.

Diante desses resultados, cabe questionar a capacidade do ciclo recente de grandes investimentos configurar setores líderes para a respectiva economia regional. Para isso, será feita uma análise crítica das informações divulgadas nas edições do “Decisão Rio” que cobrem cenários entre 2008 e 2016. Trata-se de um documento publicado pela Federação das Indústria do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN (2008, 2010, 2011, 2012 e 2014), no qual são compilados os principais investimentos previstos para o triênio seguinte a cada edição. Nesses termos, não avalia os investimentos realizados efetivamente (ex-post), mas dimensiona as expectativas que vão sendo geradas pelas intenções de investimento (ex-ante). Logo, trata-se de uma importante referência para avaliar o processo de tomada de decisão em um período muito recente, no qual a maturação das inversões ainda levará muito anos para ser possível mensurar seus efeitos finais. Nesses termos, é a fonte mais adequada para avaliar como as promessas de capital investido vão afetando o cenário de novas oportunidades de negócio em meio ao ambiente de incertezas, ainda que os valores sofram alterações ou o perfil do investimento seja alterado *a posteriori*.

Desde as primeiras edições analisadas, o “Decisão Rio” vem apresentando uma trajetória crescente de investimento potencial, defendendo que as “raízes” da competitividade da economia fluminense são sólidas a ponto de ser capaz de manter as intenções de investimento em patamar elevado mesmo diante das turbulência nos cenários nacional e internacional. Esse tipo de visão contagiou as diversas lideranças políticas e empresariais a ponto de alimentar esperanças que a economia fluminense seria uma “ilha de prosperidade” diante de seu ambiente de negócios. Por exemplo, na

edição para o período 2010/2012, apontou-se que a economia fluminense se tornou “*um porto seguro para empresários em busca de negócios e de oportunidades no mar revolto da economia mundial*” (FIRJAN, 2010, p. 7). Esse otimismo é ainda mais forte a partir da edição para o período 2011/2013, quando a apresentação do relatório anunciava que a economia fluminense alcançou o *status* de “maior” concentrador de investimentos por quilômetro quadrado do mundo (aproveitando-se do fato que seu território possui pequena dimensão relativa). Nesses termos, a última edição do “Decisão Rio” (FIRJAN, 2014) apontou como cenário para o período 2014/2016 a intenção de 108 novos empreendimentos de porte que totalizariam um potencial de 235,6 bilhões de reais.

Contudo, uma análise mais crítica revela que o desafio não se trata de apenas “*consolidar uma trajetória de transformação*” com novas ondas de inversões (FIRJAN, 2014). A tabela 6 mostra como evoluiu a distribuição dos investimentos previstos para a economia fluminense nos diversos cenários estimados para o período 2008/2016. Nota-se que a economia do petróleo e gás natural representa em média mais da metade das inversões previstas (53,8%), enquanto a indústria de transformação representa em média apenas 19,2%. Isso reflete o grau de especialização da estrutura produtiva⁶ e demonstra que esse quadro tende a ser reforçado pelo processo atual de tomada de decisões estratégicas. Em particular, deixa claro o quanto um cenário de novas oportunidades de negócio está atrelado aos planos de investimento da Petrobras, e, conseqüentemente, a vulnerabilidade frente às dificuldades da estatal em executá-lo.

Quanto aos setores diretamente associados aos empreendimentos âncoras para a periferia da RMRJ, nota-se que representam apenas ¼ das inversões previstas em média (25,8%). Todavia, descontando o peso da economia petrolífera, esse conjunto

⁶ Em trabalho anterior (SOBRAL, 2013), foi discutida a relação desse processo de especialização setorial com indícios de um processo de desindustrialização sob a forma de uma “estrutura oca”.

SOBRAL, B.L.B. Desindustrialização e questão metropolitana: o caso da...

passa a representar a metade (51,7%). Isso evidencia como o ciclo recente de grandes investimentos na periferia da RMRJ é bastante concentrado do ponto de vista setorial. Isso fica mais claro pelo exame da tabela 7. Dentro da indústria de transformação, mais da 2/3 também é associado em média a atividades que são desdobramentos da mesma lógica da economia petrolífera, a saber: derivados de petróleo e gás natural (inclui “petroquímica”) e construção naval, respectivamente, com 40,8% e 27,9%.

Tabela 6: Evolução das distribuição dos investimentos previstos para a economia fluminense, 2008/2016

Sector	2008-2010	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2014-2016	Média 2008-2016
Petróleo e gás natural	37,0	61,0	59,5	50,9	60,7	53,8
Indústria de transformação	27,2	16,1	16,3	19,1	17,2	19,2
Transporte e logística	11,0	8,3	6,5	10,1	7,5	8,7
Infraestrutura (excetuando transporte e logística)	15,5	14,3	13,5	14,0	8,6	13,2
Instalações olímpicas	-	-	-	4,1	4,2	4,1
Turismo	8,4	-	0,6	0,9	1,5	2,8
Demais setores	0,9	0,2	3,7	0,9	0,3	1,2
Total de setores dos empreendimentos âncoras*	36,0	23,9	21,9	25,0	22,0	25,8
Total setores dos empreendimentos âncoras (desconsiderando o peso do petróleo e gás)	36,0	61,4	54,0	51,0	56,0	51,7
Total do Investimentos Previstos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIRJAN

* Considera a soma dos valores para os setores siderúrgico, de derivados de petróleo e gás natural, naval (contidos no valor da indústria de transformação) e o segmento de transporte e logística.

Tabela 7: Evolução das distribuições dos investimentos previstos na indústria de transformação fluminense, 2008/2016

Setor	2008-2010	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2014-2016	Média 2008-2016
Derivados de petróleo e gás natural (inclui “petroquímica”)	23,1	74,9	39,3	15,1	51,6	40,8
Construção naval	9,0	18,2	44,4	38,0	29,9	27,9
- construção de embarcações	-	8,9	21,0	23,5	18,3	17,9
- investimentos em estaleiros	-	9,4	23,4	14,6	11,6	14,7
Siderúrgico	59,7	3,9	10,8	24,9	3,2	20,5
Outros setores	8,2	3,0	5,4	22,0	15,3	10,8
Total de setores industriais dos empreendimentos âncoras*	91,8	97,0	94,6	78,0	84,7	89,2
Total do investimento previsto na indústria de transformação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIRJAN

* Considera a soma dos valores para os setores siderúrgico, de derivados de petróleo e gás natural e naval.

É preciso ter claro que, apesar da dimensão do esforço de formação de capital verificado, ainda se mostra tímida sua capacidade de articulação intra e inter-setorial. Segundo Britto (2010), a rigor, a periferia da RMRJ só possui identificados dois arranjos produtivos locais (APLs): Petroquímica, Química e Plástico em um área que envolve Duque de Caxias e Belford Roxo; e Indústria Naval em Niterói e adjacências. Nesses termos, é preciso ter claro como o ciclo recente de grandes investimentos tem uma dinâmica autônoma e pouco “enraizada” às bases em que se apóia o processo de crescimento econômico regional. Como consequência, seu potencial esbarra em uma insuficiência dinâmica estrutural.

Para melhor compreensão disso, primeiramente, cabe lembrar que, boa parte dos investimentos se referem ao grupo

setorial dos produtores de bens intermediários. Esse grupo é basicamente ofertante de insumos de uso generalizado para diversas indústrias de bens finais. A grande escala de investimentos nessas atividades é uma característica de sua organização industrial, por serem atividades altamente intensivas em capital. Por conseguinte, a mobilização patrimonial que envolve pode criar uma falsa euforia a respeito de um cenário de amplas oportunidades econômicas regionais, porém sua capacidade produtiva expande por saltos (ou seja, de forma descontínua) e sem proporção direta com a evolução de sua demanda. Nesses termos, confiar a dinâmica econômica regional à expansão desses setores revela uma estrutura setorialmente desequilibrada de crescimento, sendo esperadas flutuações acentuadas (às vezes, por tempo indeterminado). Como exemplo, isso pode ocorrer devido a mudanças na estrutura de demanda mundial e na evolução de seus preços internacionais.

Portanto, pode-se gerar um efeito acelerador por um período mais imediato, mas não é capaz de autosustentar-se no longo prazo. Afinal, isso dependeria da geração recorrente de novas e maiores inversões para realimentar a própria demanda, o que não se poderia fazer indefinidamente. Assim, uma vez terminada a estruturação dos supostos empreendimentos âncoras associados a esse grupo (por exemplo: TKCSA e COMPERJ), reaparecerá sua debilidade estrutural diante da ausência de controle regional de sua demanda final, dado que se tratam de atividades com lógica de decisões majoritariamente supralocais (em especial, em escalas nacional e internacional).

Para que isso seja contornado, novas decisões de investimento seriam necessárias, o que, baseando-se no ciclo presente, dependem de ser aprofundado o apoio do governo federal. Isso também é fundamental para a maior estruturação de grupo setorial produtor de bens de capital a partir da indústria naval, que compõe outra parcela dos empreendimentos âncoras (o caso do PROMEF). Cabe lembrar que a organização industrial desse último grupo é baseada em mercados que carecem de serem

garantidos por programas de grandes encomendas (em especial, da Petrobras) e políticas de fomento ao desenvolvimento tecnológico, em um contexto que sofrem forte concorrência internacional sob a forma de pressão importadora. Por essa razão, caso o maior apoio federal não seja possível, por exemplo, em razão das dificuldades para um maior ativismo do Estado nacional, a reversão da dinâmica de crescimento regional tende a ser inexorável devido o rastro de vulnerabilidades estruturais que vão sendo acumuladas.

Esse efeito ainda pode ser ampliado à medida que os empreendimentos âncoras e outros empreendimentos associados pressionem ainda mais a carência de infraestruturas básicas (como discutido na segunda seção), sem a capacidade de resposta adequada do poder público. Chama atenção que a implantação do Arco Metropolitano, também um dos empreendimentos âncoras, justifica-se pelo seu potencial para aumentar as vantagens logísticas da região. Diante do rastro de vulnerabilidades estruturais, torna-se fundamental sua função como suporte para uma melhor infraestrutura de transportes, inclusive para criar novas centralidade econômicas e, assim, aumentar a capacidade de retroalimentação dinâmica do processo de crescimento econômico regional. Para isso, esse investimento precisaria ser devidamente aproveitado para articular intra e intersetorialmente os demais empreendimentos âncoras e, em especial, estruturar uma ampla retroárea produtiva para o Porto de Itaguaí. Contudo, isso não está garantido de antemão, e há o risco de ficar resumido a um suporte para a consolidação de um mero “corredor de exportação”. Ou ainda um cenário pior, caso a função logística se enfraqueça de tal modo que o uso prioritário daquela rodovia seja como apoio ao crescimento urbano extensivo.

Esse quadro crítico ainda envolve um indesejado estreitamento do horizonte para tomada de decisões cruciais, porque a própria realização dos grandes investimentos começou a sofrer graves discontinuidades. Por conseguinte, eles não se concretizam como previsto, sofrem atrasos significativos, exigem revisões emergenciais e não programadas etc. Diante disso,

acentua-se a incerteza decisória e irrompe-se abruptamente em crise, na qual passa a ser generalizada uma onda de desvalorizações sobre o estoque de capital imobilizado não só nos grandes empreendimentos, mas em toda a economia regional. Nesses termos, o papel estruturante do ciclo de grandes investimentos que, a princípio, alimentou amplas expectativas para o ambiente de negócios, pode ser transfigurado paradoxalmente em um papel perturbador sobre o processo de crescimento econômico regional à medida que se enfraqueça de forma considerável sua dimensão estratégica.

No início de 2015, a reversão da dinâmica econômica ficou mais clara. É inegável que sofreu influência de uma conjuntura macroeconômica desfavorável, porém, seria leviano julgar que esse aspecto foi sua razão principal. Inversamente, o cerne da questão abarcou o mau aproveitamento do potencial produtivo regional, devido às próprias insuficiências estruturais dinâmicas associadas à forma como foi conduzido seu ciclo recente de grandes investimentos, e que são amplificadas por sua problemática regional, como a pouca densidade produtiva da periferia da RMRJ e suas graves carências de infraestruturas básicas.

Diante de um momento de maior instabilidade cíclica, inclusive se explicita a fragilidade da base produtiva para ampliar a massa de arrecadação tributária, e, conseqüentemente, manter a capacidade de gasto anticíclico a partir das administrações estaduais e municipais. Em particular, ganha relevo o ônus sofrido dado o grau da dependência das rendas do petróleo que se auto-infligiram essas administrações nas últimas décadas. No caso do governo estadual, a “solução” encontrada veio sendo a exposição maior ao endividamento para continuar mantendo seus investimentos em infraestrutura no período recente, independente de reduções nas receitas, em especial, a partir da desaceleração na arrecadação do ICMS e no volume de royalties e participações especiais (esta última rubrica associada diretamente à economia do petróleo e gás natural). Segundo dados do governo estadual, nos

últimos anos, 75% do valor investido esteve baseado em recursos obtidos por empréstimos⁷.

Como resultado, em 2014, a deterioração fiscal culminou com um déficit primário estadual próximo a 7,3 bilhões de reais e sua dívida consolidada equivalendo a 178% da receita corrente líquida (baseando-se em dados do Sistema de Acompanhamento Financeiro para Estados e Municípios – Siafem). As perspectivas futuras ainda se agravam dado que, em abril de 2015, a agência de classificação de risco Standard & Poor's retirou o grau de investimento do estado (passou a ser considerado de grau especulativo) apesar da expectativa de ser necessário maior endividamento para cumprir os compromissos firmados em termos de investimento nos próximos anos.

Perante as dificuldades financeiras, os gestores públicos na escala regional apressaram-se em enunciar ajustes inadiáveis no orçamento, mas sem deixar de repetir a “profissão de fé” em um processo de crescimento já “contratado”, e, conseqüentemente, garantido. Nesse sentido, a manifestação da crise é encarada como um cenário adverso que exige correções de curto prazo, mas não afeta os “fundamentos” em que se baseiam as estratégias futuras, logo, não se abrindo espaço para uma reflexão crítica do modelo de crescimento regional e suas bases estreitas de sustentação. No entanto, vai ficando mais evidente que a economia fluminense não é uma “ilha de prosperidade” cercada de uma crise nacional e, em certa medida, também internacional. Essa constatação não deve ser interpretada como a necessidade de se atribuir maior ênfase em “limites externos” à capacidade de crescimento regional sustentado. Mais adequado seria notar como os determinantes

⁷ Cabe lembrar as autorizações dadas pelo Ministério da Fazenda no primeiro mandato de Dilma, em regime de excepcionalidade, para os governos estaduais ampliarem seu estoque de endividamento a fim de sustentar seus gastos com investimento sem proporção direta com aumento de capacidade fiscal. Inclusive, foram dadas garantias para operações externas.

gerais da crise nacional (e internacional) ganham forma e são requalificados no movimento concreto da dinâmica regional.

Especificamente, é a dinâmica na periferia da RMRJ que permite evidenciar uma lógica contraditória entre a influência direta que recebe de um ciclo de grandes investimentos de importância para o país (não desconsiderando sua notória irregularidade) e uma dinâmica regional dominada por setores pouco indutores, logo, em grande medida, “descolada” da agenda dos grandes desafios nacionais como a retomada da industrialização brasileira. Dito em outras palavras, até o momento, o ciclo recente de investimento não redefiniu o sentido histórico da economia da periferia da RMRJ, consolidando setores líderes não apenas para o desenvolvimento de um complexo econômico regional, mas para requalificar o protagonismo nacional do Estado do Rio de Janeiro sob uma ótica produtiva.

Os problemas que vão surgindo em seu modelo de crescimento econômico regional revelam a incompatibilização dos interesses envolvidos no controle do processo de valorização de capital e de seu domínio do território. Diante da crescente frustração com parte dos resultados dos grandes projetos de investimento, reitera-se as alternativas tradicionais em “linhas de menor resistência”, buscando brechas dentro do setor serviços e da construção civil para manter a circulação de renda urbana e o consumo pessoal. Todavia, mesmo essa alternativa se torna pouco factível em municípios com economias menos diversificadas, como a grande maioria dos casos da periferia da RMRJ, além de não proporcionar impactos relevantes para o refortalecimento da base produtiva (ou evitar o avanço de uma desindustrialização).

Cabe assinalar que esse desajuste se agravou mesmo com a participação não desprezível das administrações públicas estadual e municipais na construção de pactos de compromisso e um base de apoio àqueles grandes projetos de investimento. Portanto, não se trata de falta de vontade política, mas a ausência de uma maior orientação estratégica para ir além da preocupação com a “otimização dos investimentos” e da maior atração de novos

capitais. Isso requer o amadurecimento da estrutura de coordenação política voltada para estimular esquemas mais complexos de divisão do trabalho. Sobre esse prisma, o objetivo passaria a ser uma superação da “ociosidade estrutural”, ou seja, uma utilização mais intensiva dos recursos internos ao território, o que significa assumir o desafio da industrialização nacional como uma grande prioridade também em escala regional.

Conclusão

Diante de um processo histórico de considerável conurbação e alta periferização de assentamentos populares em relação à capital (Município do Rio de Janeiro), não é exagero afirmar que a periferia metropolitana é o espaço mais problemático para a articulação de uma trajetória de desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro. Qualquer estratégia política não pode desconsiderar a necessidade de requalificar o sentido histórico desse processo de metropolização, em particular, superar a precariedade da densidade produtiva e o déficit em infraestrutura básica.

Ao assumir a questão metropolitana como prioridade, torna-se possível a geração de um ciclo virtuoso de dinamismo. Isso porque uma estratégia que vise o adensamento produtivo da periferia da RMRJ, além de possibilitar um processo de mobilidade social através do aumento da renda e do emprego na região, também possibilita maior arrecadação tributária. Na medida em que a capacidade de gasto público aumente e se volte para enfrentar os problemas estruturais (natureza da base produtiva, situação do mercado de trabalho, condições de vida segundo oferta de infraestrutura, serviços sociais etc.), permite maiores vantagens para a consolidação de cadeias produtivas e de um sistema logístico no território, e, assim, melhorando o esquema de divisão do trabalho em um processo de “*causação circular cumulativa*” (MYRDAL, 1957). Paralelamente, isso ataca as causas dos problemas de mobilidade urbana, ao gerar maiores e melhores oportunidades de ocupação mais próximas do local de moradia.

A economia da periferia da RMRJ não está desprovida de um potencial produtivo, seu vazio econômico se refere ao seu mau aproveitamento. Não faltam empreendimentos âncoras, apesar de desarticulados. De um modo geral, as especializações econômicas na RMRJ não são frutos de algum transbordamento e acessibilidade a um “*polo de desenvolvimento*” (PERROUX, 1967), permanecendo, basicamente, insuladas. Diante desse quadro de esgarçamento do tecido produtivo, revela-se a dificuldade de configurar setores líderes capazes de impor sua lógica de valorização produtiva a ponto de ancorar maiores articulações intra e inter-setoriais. O cerne do problema se refere a uma quadro de ociosidade estrutural, e não havendo a correta condução do atual ciclo de grandes investimentos, este pode reafirmar um rastro de vulnerabilidades a ponto de passar a desempenhar um papel mais perturbador do que estruturante para um processo de crescimento econômico sustentado.

Portanto, o desafio principal é o ciclo de grandes investimentos não perder sua dimensão estratégica, o que, em termos territoriais, envolveria a capacidade de induzir a consolidação de um complexo econômico regional, configurando seus “*polos de desenvolvimento*”, inclusive com novas centralidades do ponto de vista decisório. As políticas públicas de fomento não podem apenas se basear em critérios microeconômicos associados à redução de custos operacionais e à atração de novos investimentos. A simples viabilidade econômica de um empreendimento não o justifica. Isso seria correto na lógica do negócio, mas na lógica do interesse público o fundamental são os efeitos sobre a macroestrutura econômica regional e nacional. Em suma, é preciso planejar a periferia da RMRJ dentro de um projeto de país e cada projeto de investimento precisa ser decidido e executado dentro de um conceito maior do desenvolvimento econômico do território.

A principal e mais duradoura vantagem competitiva de qualquer economia regional não é uma lista de atributos isolados (logística, mão-de-obra, questão tributária etc.). Especificamente,

como ensinou décadas atrás Hirschman (1961), a mais importante vantagem competitiva é o seu próprio tecido produtivo como um todo articulado, com amplos efeitos de encadeamentos e poder próprio de arrasto dinâmico. Por essa razão, uma estratégia de desenvolvimento deve ir além de viabilizar os planos de negócios associados aos empreendimentos considerados âncoras. Caso contrário, a ação pública ficará presa às expectativas mais momentâneas, inclusive falsas euforias sugeridas pelos sinais mais aparentes e imediatos de um possível ganho empresarial.

Para que isso não ocorra, é preciso que o Estado seja reestruturado mais profundamente a ponto de ampliar o horizonte de decisões para além do ambiente de negócios. Em particular, a finalidade do planejamento não pode ser confundida com a da gestão, ou encará-la como algo subordinado a essa última. Caso contrário, a capacidade indutora do Estado se revelará bastante limitada e dependente dos cenários delineados pelo mercado de consultorias especializadas. Inversamente, o setor público nas diversas esferas de poder (federal, estadual e municipal) ainda carece de organizar amplos quadros técnicos, com servidores públicos concursados que trabalhem de forma integrada e baseados em metas de industrialização para as próximas décadas. Nesse sentido, é fundamental um Estado que não sacrifique os desafios de longo prazo diante de instabilidades no curto prazo, logo, com um poder de ação que não se resuma à lógica de uma equipe de governo redefinida ao sabor dos ciclos políticos e pressões privadas.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana* do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

BRASIL. MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. Brasília: MTE, vários números.

SOBRAL, B.L.B. Desindustrialização e questão metropolitana: o caso da...

BRITTO, Jorge. Análise do mapeamento e das políticas para Arranjos Produtivos Locais no Estado do Rio de Janeiro. *Relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro: BNDES-FEPESE, 2010.

CANO, Wilson. “(Des)industrialização e (sub)desenvolvimento”. CONGRESSO INTERNACIONAL DO CENTRO CELSO FURTADO, 2, 2014, Rio de Janeiro. *Anais...*

_____. *Ensaio sobre a crise urbana no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto-lei nº 44.905 de 11 DE AGOSTO de 2014. Institui a Câmara Metropolitana de Integração Governamental do Rio de Janeiro e o Grupo Executivo de Gestão metropolitana e da outras providências. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, 12 de agosto de 2014, p. 1.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIA DO ESTADO RIO DE JANEIRO. *Decisão Rio 2014-2016*. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, 2014.

_____. *Decisão Rio 2012-2014*. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, 2012.

_____. *Decisão Rio 2011-2013*. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, 2011.

_____. *Decisão Rio 2010-2012*. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, 2010.

_____. *Decisão Rio 2008-2010*. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, 2008.

HIRSCHMAN, Albert. *Estratégia de desenvolvimento econômico*.

SOBRAL, B.L.B. Desindustrialização e questão metropolitana: o caso da...

Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1957.

OSORIO, Mauro (coord.). Componente 3 – Políticas de desenvolvimento econômico e social. *Plano diretor estratégico de desenvolvimento do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

PERROUX, François. *A economia do século XX*. Lisboa: Herder, 1967.

RANGEL, Ignácio. *Obras Reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, (2 volumes).

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. “Transformações da Estrutura socioespacial: segmentação e polarização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”. *Cadernos Metr pole*, São Paulo, n.1, p.13-42, 1999.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth Sobral. *Metr pole do Rio e Projeto nacional: uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2013.

Recebido em maio de 2016

Acceto em julho de 2016